

Setor Agrícola – O Antes e Depois do 25 de abril de 1974 e a entrada de Portugal na, então designada, Comunidade Europeia, em 1986 (Projeto iRemember)

No período que antecedeu o 25 de abril de 1974, Portugal vivia sob um regime ditatorial, governado, primeiramente por António de Oliveira Salazar e, posteriormente, à data da Revolução do 25 de abril de 1974, por Marcelo Gaetano. O país ao longo de quarenta e oito anos atravessou, em termos sociais, uma fase de opressão e alarmismo, sem liberdade de escolha, sem liberdade de expressão e cumprindo-se os direitos mínimos da população, determinados pelo regime da época. Apesar do já adquirido direito ao voto, os portugueses estavam submetidos a um regime político de partido único sem alternativa democrática. A economia nacional assentava, essencialmente, no setor agrícola e a sua população era, maioritariamente, analfabeta, o que não lhe permitia ter conhecimento dos seus direitos cívicos.

Até à, também denominada, “Revolução dos Cravos”, os agricultores e operários trabalhavam de sol a sol, na maior parte das vezes sem condições de segurança, nem higiene, não possuíam o direito à greve, nem a subsídios de desemprego e, os pouco que usufruíam de algum apoio do Estado, tinham que comprovar a sua incapacidade para adquirirem algum rendimento, que os sustentasse a si e à sua família. A população, de um modo geral, não gozava de direito a férias e o seu único dia livre era o domingo, que nem sempre era gozado, dada a necessidade económica. Não existia salário mínimo, cabendo à entidade patronal fixar um valor, que nem sempre era o mais justo. As mulheres eram discriminadas, não possuindo qualquer poder de decisão no que se refere à sua vida pessoal e familiar. Poucas eram as que trabalhavam fora de casa e, quando isso acontecia, o salário auferido era muito inferior ao do homem. Os portugueses viam-se desprovidos de quaisquer direitos, sem se poderem manifestar contra a ditadura política, caso contrário seriam perseguidos pela Polícia Política (PIDE).

Após a Revolução de 25 de abril de 1974, esta realidade modifica-se drasticamente, um ano depois a Constituição sofreu alterações, passando Portugal a viver em regime Democrático. Entre diversas conquistas, verifica-se, ao nível do mercado de trabalho, muitos benefícios para os trabalhadores, nomeadamente, o facto de todos os trabalhadores, independentemente, da sua raça, sexo, etnia, religião e opção política, devem ser tratados com igualdade no acesso ao emprego, formação e promoção profissional. Foram implementadas as quarenta horas de trabalho semanal, distribuídas por oito horas diárias, sendo que as horas extraordinárias deverão ser pagas com um valor superior. Estipulou-se, ainda, um valor para o salário mínimo, o direito à greve, o direito a baixa por atestado médico e à licença de parto, maternidade e paternidade, e de amamentação. A lei protegia, ainda, os doentes e inválidos, com subsídios e, também, prevê, a partir desta data, subsídios de parto, alimentação e abono de família. Ainda,

os trabalhadores que desempenham uma atividade sem contratos a termo certo têm direito a subsídio de férias e a décimo terceiro mês.

O 25 de abril de 1974, em Portugal, marca uma revolução política, de um regime ditatorial para uma democracia, o que conduziu, inevitavelmente, a uma revolução económica, assente num modelo corporativista de mercado fechado (relação estreita entre Portugal e as suas colónias africanas) para uma economia de mercado regional (União Europeia) e global.

A par dessa revolução política e económica encontram-se igualmente mudanças radicais na dimensão cultural e social e, também, na esfera da educação. Os anos de 1974 a 1976 são anos de transição para um modelo diferente do anterior em todas as dimensões da sociedade. A educação, não foi exceção, sendo que à escola foi atribuído um papel de elemento fundamental para a formação dos cidadãos da nova sociedade que se desejava democrática e as preocupações dos responsáveis políticos para a área da educação foram desde logo sistematizados como é visível no programa do I Governo Provisório. Também ao nível dos *media*, o 25 de abril marca uma mudança radical de contexto e práticas na comunicação social. Durante o século XX podemos individualizar um conjunto de acontecimentos marcantes para a comunicação social e que vão da instauração da República em 1910 até à integração europeia em 1986. No período compreendido entre 1974 e 1979 podemos identificar três momentos definidores do sistema dos *media* que hoje conhecemos: a libertação que ocorre logo seguir ao 25 de abril, com o fim da censura e o prevalectimento de uma total liberdade de expressão, a estatização que decorre durante 1975 (e afeta em particular a imprensa e televisão) e a regulação legislativa de 1979 que vem definir de muitas formas o quadro jurídico-geral da comunicação social.

Tendo o 25 de abril de 1974 marcado, assim, de forma permanente a sociedade portuguesa, e sendo possível em quase todos os indicadores encontrar uma clara diferenciação de valores, atitudes, práticas sociais e culturais. Em Portugal, os valores predominantes na sociedade são hoje os de uma sociedade aberta, sendo que a abertura de uma sociedade pode ser medida através de várias dimensões, como por exemplo, o direito ao voto ou a liberdade de opinião ou expressão.

A sociedade portuguesa era antes de 1974 uma sociedade, maioritariamente, desinformada, no sentido em que a maior parte da sua população não possuía escolaridade acima do quarto ano. Embora as novas gerações, ao longo dos últimos trinta anos, tenham introduzido mudanças fundamentais nesse quadro, a sociedade portuguesa encontra-se ainda longe de poder ser caracterizada como possuindo os requisitos necessários a uma manipulação generalizada da informação por parte da maioria dos seus membros. Se em termos das competências adquiridas a situação mudou para as gerações pós-25 de abril de 1974, já para as mais velhas pouco ou nada se alterou, fruto de um fraco investimento nas qualificações escolares dos mais velhos. Assim, se para os nascidos depois de 1967, se verifica a obtenção de nove ou mais anos de escolaridade, o oposto ocorre entre os mais velhos, que possuem seis ou menos anos de escolaridade. Os cidadãos com estudos superiores concluídos em Portugal representam hoje um número significativo. No entanto, estes valores não são ainda suficientes para alterar a caracterização da nossa sociedade em

termos de uma população desinformada, pois a nossa população ainda é constituída, maioritariamente, por idosos, impedidos de terem prosseguido estudos.

Nos anos antecedentes à Revolução do 25 de abril de 1974, uma parte da mão-de-obra era absorvida pela agricultura, pescas e turismo. Os restantes cidadãos não chegavam para ocupar as vagas disponibilizadas pelo comércio e indústria, ou seja, a população que se ia deslocando das zonas rurais e terras mais interiorizadas, o denominado êxodo rural, era insuficiente para as necessidades destes setores, existentes, na sua grande maioria, nos centros urbanos.

Os últimos trinta anos foram marcados por dois processos decisivos para compreender os contornos económicos e políticos que o país hoje apresenta, a democratização iniciada em 1974, com a queda do Estado Novo, e a adesão à Comunidade Europeia (CE), em 1986. Em meados do século a agricultura e a sociedade rural alcançaram a sua maior expressão demográfica, a população ativa agrícola atingiu, em 1950, mais de 1,5 milhões de pessoas. Passados vinte anos, em 1970, a quebra era já de um terço, em relação a este número, e em 1981 verificava-se um decréscimo para metade. Era uma agricultura em que a população ativa era o fator mais relevante para explicar a produção agrícola. A mecanização tinha uma expressão muito débil (apenas 0,25% das explorações utilizavam meios de trabalho mecânicos), o consumo de adubos químicos e de pesticidas era muito reduzido e a terra era o elemento central na organização da produção e na estrutura da sociedade rural. Nos campos do Sul a terra, repartida em grandes latifúndios, era o elemento central de uma organização socioeconómica, em que os assalariados agrícolas temporários constituíam a esmagadora maioria da população ativa agrícola. Assim, tanto nos campos do Sul como nas zonas de agricultura familiar, a terra estruturava as relações sociais e de poder que enformavam a sociedade rural. A terra era também, numa agricultura muito protegida da concorrência dos mercados externos e assente num sistema tecnológico pouco sensível ao incremento da produtividade do trabalho, a base económica da atividade produtiva agrícola e o elemento que permitia compreender as rendas e os rendimentos usufruídos por cada um dos grupos sociais ligados à agricultura. Com o avanço da industrialização e da urbanização, a agricultura perdia peso, face ao desenvolvimento económico do país. O setor agrícola revelava-se incapaz de acompanhar a evolução das indústrias e, em simultâneo, assistia-se à crescente abertura do país ao exterior, entravam cidadãos de outros países, a área de cultivo reduzia-se e a tecnologia avançava. O declínio do peso político e social da questão da terra foi também nitido, nesta época, nas lutas dos trabalhadores agrícolas dos campos do Sul. A pequena parcela como objetivo central ou como salvaguarda eventual foi-se esbatendo desde os anos 60. O trator e a ceifeira-debulhadora impuseram-se de modo definitivo e tornaram cada dia menos atraente à pequena parcela cerealífera; o cultivo intensificou-se nas melhores terras e a extensificação, a florestação e o abandono crescente nas restantes, a repressão manteve-se, mas a emigração e as oportunidades de trabalho na zona Lisboa-Setúbal tornaram mais aberto o horizonte dos trabalhadores, que partiram em grande número; os ranchos migratórios que vinham das regiões da agricultura familiar declinaram, pois a emigração devastou também as suas

aldeias. Neste contexto, o desemprego diminuiu e os trabalhadores eventuais puderam exigir e lutar por salários mais elevados e melhores condições de trabalho, as grandes greves que percorreram o Alentejo em 1962 assinalaram esta nova fase em que a defesa de um emprego aparecia como a alternativa local para a possibilidade de sair para os grandes centros urbanos ou para outros países, nomeadamente os Europeus, como a França e a Alemanha.

Após a Revolução de 25 de abril de 1974, a reforma agrária assumiu-se como um movimento, em que se reconheciam muitos dos que se tinham oposto à ditadura e que foi empunhado pelas organizações políticas e sindicais na hora em que se constituíram ou, no caso das que tinham uma história já enraizada no passado, se refaziam legal e publicamente. A questão da terra estava, assim, no primeiro plano do debate político e ideológico e a Constituição promulgada em abril de 1976 e aprovada, por grande maioria, na Assembleia Constituinte, eleita em abril de 1975 previa, explicitamente, a reforma agrária e o apoio aos pequenos e médios agricultores e às cooperativas e formas de exploração coletiva. A legitimidade da reforma agrária justificava-se pela necessidade de alterar, quer as condições de vida da população, quer as condições laborais, que durante décadas os latifundiários e as grandes empresas haviam imposto aos trabalhadores agrícolas, como na perspetiva de que a alteração das estruturas agrárias era necessária para adequar a agricultura às funções que deveria desempenhar no sistema económico. No período de 1974-1976 o poder de Estado aprovou um amplo leque de medidas destinadas a concretizar a reforma agrária e a apoiar os agricultores familiares, mas a sua concretização dependia sobretudo das relações de forças, que se estabeleciam regionalmente, pois, como já antes se notou, a capacidade de exercício do poder de Estado era relativamente débil face, no caso da agricultura e da sociedade rural, às dinâmicas regionais.

Em 1986, a adesão de Portugal à Comunidade Europeia (CE) teve, de imediato, duas grandes consequências para a agricultura portuguesa: a entrada de somas avultadas de dinheiro e o início da queda das proteções alfandegárias, embora os efeitos desta venham sendo atenuados por um longo período de transição. Nas regiões onde a sociedade rural assentava sobretudo na agricultura, Norte Interior e Alentejo, o despovoamento continuou a acentuar-se. No Norte Litoral mantinha-se o dinamismo de uma sociedade rural que, como já antes foi referido, não assentava apenas na agricultura. A agricultura enfrenta dificilmente e sem sucesso a economia da CE, a que se encontra cada dia mais exposta, ou seja, continua incapaz de corresponder ao que se lhe exige no atual modelo económico. A terra perde relevância económica, como, de resto, vem sucedendo desde os anos 60. Estão longe os anos em que todo o espaço era terra que não chegava para todos os que queriam trabalhar e os proprietários fundiários impunham os seus pesados interesses numa economia muito protegida do exterior.

Atualmente, a população agrícola caracteriza-se por uma grande mudança, comparativamente ao exposto anteriormente, e a uma enorme redução de trabalhadores, essencialmente devido à modernização da agricultura, à atração de outros setores de atividade, ao êxodo rural, ao envelhecimento da população, à baixa escolaridade da nossa população, principalmente da população sénior,

ausência de atualização de formação, de acordo com a evolução tecnológica, invalidando a evolução do setor. As famílias rurais, hoje em dia, tendem a ser multifuncionais, incorporando diversas atividades e funções, criando complementos ao rendimento. A maquinaria implementada neste setor tem vindo a substituir o homem, reduzindo os postos de trabalho e exigindo, cada vez, mais qualificações dos seus trabalhadores, exigência, por vezes, difícil de cumprir dado o baixo nível de escolaridade, da grande parte da população que envereda por esta atividade, e à sua idade avançada, que os impede de acompanhar a evolução tecnológica. Hoje em dia, também, é regra, que os pais e encarregados de educação procurem proporcionar aos seus filhos e educandos a continuidade dos estudos, inculcando-lhes, desde muito cedo, o gosto por outras profissões que não as ligadas à prática agrícola.

A transmissão dos saberes e das técnicas começa a ser menos usual, visto que quem as possui, não tem a quem as transmitir, tal como há décadas atrás, que essa passagem era feita de geração em geração. Estas experiências acabam por se perder ao longo dos anos, tendo tendência a tornar-se, cada vez, menos significativas. Também as políticas implementadas pelos nossos sucessivos governos, alterando as ideias de mandatos em mandatos, ora incentivam ao abandono deste setor, ora implementam políticas de reativação desta prática, criando instabilidade social e económica, quer para quem se dedica a esta atividade, quer para alguém que o pretenda fazer. Não nos podemos esquecer que a agricultura já foi o setor de atividade mais significativo no nosso país e que, em tempos, sustentou famílias e aldeias, salvando a nossa população de maiores necessidades.

Referências Bibliográficas:

http://www.cies.iscte.pt/linhas/linha2/sociedade_rede/pr_htdocs_network/apps/gustavocardoso.pdf (acesso em 29 de janeiro de 2015, às 12:13 horas);

<https://pontodinterrogacao.wordpress.com/revista-em-3d-marco/evolucao-dos-estatuto-do-trabalhador/> (acesso em 29 de janeiro de 2015, às 15:15 horas);

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337794380oKY7II2Yf98UQ6.pdf> (acesso em 03 de fevereiro de 2015, às 10:56 horas).

A docente: Ana Patrícia Marreiros